

Áreas protegidas vítimas da crise energética

Categories : [Marc Dourojeanni](#)

"Queremos ter elementos para tomar uma decisão final, que será dos órgãos ambientais". Esta é a justificativa do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para defender a pesquisa hidro energética no interior de áreas naturais protegidas, conforme uma nova tentativa de mudança na lei poderia permitir. Estas áreas são estabelecidas para conservar a natureza e, portanto, não podem ser convertidas em canteiros de obras, nem ser inundadas ou alagadas. O que pode justificar gastar-se dinheiro em estudos que eventualmente demonstrem um potencial que não poderá ser explorado?

A resposta é óbvia. O próprio presidente da EPE responde quando diz "Nosso pleito maior é poder estudar. Queremos ter elementos para tomar uma decisão final, que será dos próprios órgãos ambientais. Se você nem pode estudar algo, não pode saber os seus impactos". Ou seja, para esta empresa que em princípio deve respeitar a legislação nacional, as Unidades de Conservação, inclusive as de proteção integral podem ser alteradas e exploradas de forma direta. Dito de outro modo, tudo o que a Constituição e as leis dispõem, além de tudo o que os cientistas brasileiros e de todo o mundo dizem, é bobagem e nem merece ser contemplado na medida em que, segundo essa empresa, gerar energia é muito mais importante que proteger amostras dos ecossistemas, da biodiversidade ou que manter os serviços ambientais.

De outra parte a colocação de que "a decisão final será dos próprios órgãos ambientais" simplesmente confirma a má fé ou a ignorância vis a vis as Unidades de Conservação, pois, a decisão de se construir ou não uma obra não depende dos órgãos ambientais e sim da lei ou, eventualmente, de decisões adotadas pelo poder legislativo.

Lamentavelmente a história dá a razão ao presidente da [EPE](#). Desde a destruição do [Parque Nacional Sete Quedas](#), em 1982, devido à construção da barragem de Itaipu, são várias as unidades de conservação brasileiras que têm sido maltratadas e até cerceadas por obras energéticas, com a construção de barragens e seus lagos artificiais e por linhas de transmissão, dentre outras infraestruturas associadas. Um recente episódio foi a nova delimitação do [Parque Nacional da Amazônia](#), e de outras áreas protegidas para abrir espaço para a elaboração de estudos das [usinas de São Luís do Tapajós e Jatobá, que estão previstas no rio Tapajós, no Pará](#).

Crise de curto prazo não pode destruir patrimônio natural perene